

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL CAMPOS
DOS GOYTACAZES
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
GRADUAÇÃO DE BACHARELADO EM GEOGRAFIA

NATHALIE MONTEIRO DIAS

A QUESTÃO DA FOME NA GEOGRAFIA

CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ

Julho - 2018

NATHALIE MONTEIRO DIAS

A QUESTÃO DA FOME NA GEOGRAFIA

Monografia apresentada ao Curso de Graduação de Bacharelado em Geografia da Universidade Federal Fluminense - UFF, como requisito para obtenção de título de Bacharel em Geografia.

Orientador: Marcelo Werner da Silva

Campos dos Goytacazes – RJ

Julho – 2018

A QUESTÃO DA FOME NA GEOGRAFIA

NATHALIE MONTEIRO DIAS

Monografia apresentada ao Curso de Graduação de Bacharelado em Geografia da Universidade Federal Fluminense - UFF, como requisito para obtenção de título de Bacharel em Geografia.

Aprovada em: ____ / ____ / ____

Banca Examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Werner da Silva
Universidade Federal Fluminense - UFF

Prof. Dr. Claudio Henrique Reis
Universidade Federal Fluminense - UFF

Prof. Dr. Hélio de Freitas Coelho dos Santos
Universidade Federal Fluminense - UFF

Dedico essa monografia à minha mãe Darlene Monteiro e ao meu namorado Marcio Malta pelo apoio e incentivo.

Agradeço ao meu orientador Marcelo Werner
e aos professores participantes da banca.

*“E com o bucho mais cheio comecei a pensar
que eu me organizando posso desorganizar,
que eu desorganizando posso me organizar.”*

Chico Science

RESUMO

A presente pesquisa trata-se de uma investigação sobre a abordagem do fenômeno da fome na Geografia. Tem como objetivo geral fornecer uma contextualização dos assuntos que norteiam o tema da fome. Já os objetivos específicos consistem em conferir a produção acadêmica de pós-graduação acerca da fome na área de Geografia. Primeiro foi executado o resgate da obra Geografia da Fome enfatizando o campo da geografia médica contida no livro (1), assim como a exposição da vida e obra da maior referência acerca do assunto, Josué de Castro (2). Em seguida foi desempenhada uma breve exposição da trajetória de políticas públicas de combate à fome implantadas no Brasil (3). E finalmente foi efetuado o levantamento no portal Capes dos trabalhos de pós-graduação em Geografia que abordassem a fome (4). O trabalho consiste numa pesquisa bibliográfica, exploratória e descritiva, a qual está calcada nos referenciais teóricos de Castro (2016); Belik (2012) e Melo Filho (2008). Para além do método qualitativo, a presente monografia também se vale do método quantitativo ao pesquisar o número de trabalhos existentes sobre a fome no âmbito da produção no nível das pós-graduações. Nesse tocante o objetivo é mapear o quanto a fome tem sido objeto de estudo na geografia. Por fim, a pesquisa constatou que a Geografia está, de certo modo, afastada da temática da fome na medida em que os resultados exibiram uma quantidade baixa de trabalhos sobre o tema: 27 em um período de 19 anos.

Palavras-chaves: Fome; Geografia; Geografia Médica; Josué de Castro

ABSTRACT

This research is an investigation about the approach to the phenomenon of hunger in Geography. Its general objective is to provide a contextualization of the subjects that guide the theme of hunger. The specific objectives are to confer the graduate academic production on hunger in the area of Geography. First, the rescue of the work Geography of Hunger was carried out emphasizing the field of medical geography contained in the book (1), as well as the exposition of the life and work of the greatest reference on the subject, Josué de Castro (2). Next, a brief exposition of the trajectory of public policies to fight hunger implanted in Brazil (3) was carried out. Finally, a survey was carried out on the Capes portal of postgraduate studies in Geography that addressed hunger (4). The work consists of a bibliographical research, exploratory and descriptive, which is based on the theoretical references of Castro (2016); Belik (2012) and Melo Filho (2008). In addition to the qualitative method, the present monograph also uses the quantitative method when researching the number of existing works on hunger in the field of production at postgraduate level. In this regard the objective is to map how much hunger has been the object of study in geography. Finally, the research found that Geography is somewhat removed from the hunger issue in that the results showed a low amount of work on the topic: 27 in a period of 19 years.

Keywords:. Hunger; Geography; Medical Geography; Josué de Castro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO, p. 10

METODOLOGIA, p.12

1 BIOGRAFIA DE JOSUÉ DE CASTRO, p.14

2 GEOGRAFIA MÉDICA E FOME: UMA INVESTIGAÇÃO QUE PARTE DA GEOGRAFIA DA FOME, p.18

3 TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE A FOME, p. 29

4 LEVANTAMENTO DOS TRABALHOS DE PÓS-GRADUAÇÃO NO PORTAL CAPES E RESULTADOS E DISCUSSÕES, p.41

CONSIDERAÇÕES FINAIS, p. 46

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS, p. 47

INTRODUÇÃO:

Há um consenso, no registro histórico, de que o surgimento da fome coletiva surgiu de modo concomitante ao surgimento da riqueza. No Brasil esse processo se deu a partir da colonização, que direcionou as forças produtivas para a monocultura latifundiária de cana de açúcar, a fim de mirar o mercado externo. Acerca disso, segue uma passagem de Josué de Castro (2006):

Orientada a princípio pelos colonizadores europeus e depois pelo capital estrangeiro expandiu-se no país uma agricultura extensiva de produtos exportáveis ao invés de uma agricultura intensiva de subsistência, capaz de matar a fome do nosso povo (CASTRO, 2006, p. 267).

A fome crônica e coletiva no Brasil é resultado de um processo histórico de espoliação de recursos, o qual visava apenas a acumulação de capital dos colonizadores. A concentração fundiária, assim como a concentração de renda são decorrentes do passado colonial. São nesses dois aspectos onde reside a origem da fome, pois o acesso ao alimento é mediado pela renda ou pelo acesso a terra para o plantio (VINHAS, 2010; CASTRO, 2006). Desse modo, a fome, na atualidade, é gerada pelas estruturas sociais do modo de produção capitalista, na medida em que gera desigualdades e hierarquias globais a partir das relações de poder (GROSFOGUEL, 2009). Assim, a natureza da fome está nas relações sociais de produção e no modo como ocorre a distribuição dos alimentos, ao contrário do discurso de escassez apregoado pela teoria malthusiana. Há excedentes de alimentos, basta observar o descarte de safras quando o valor comercial não compensa, numa lógica de mercantilização e portanto especulação do alimento.

A obra Geografia da Fome (1946), de Josué de Castro constitui um marco no campo científico da Geografia Brasileira. A partir do estudo do conjunto alimentar deficiente e desarmônico da população, o autor nos forneceu uma epidemiologia da fome, revelando a natureza carencial de diversas doenças que possuíam padrão regional. Para Josué de Castro (2006), a fome constitui a expressão biológica do subdesenvolvimento.

Visto que a fome trata-se de uma realidade que ainda perdura no Brasil, o presente trabalho consiste em apresentar um pouco da vida e obra do geógrafo e médico Josué de Castro (1) para assim possibilitar uma melhor dimensão da importância desse autor para o campo científico acerca do tema. Em seguida, fornece uma resumida apresentação da obra Geografia da Fome (2), enfocando o subcampo da geografia médica. Logo após desempenha

uma breve exposição da trajetória de políticas públicas de combate à fome implantadas no Brasil, que será explicado melhor na terceira parte (3). E finalmente foi efetuado o levantamento no portal Capes dos trabalhos de pós-graduação em Geografia que abordassem a fome (4).

Assim contextualizado, o problema da pesquisa surgiu em decorrência da dificuldade de localizar referências bibliográficas de geografia pertinentes ao tema da fome e ainda no surgimento abundante de trabalhos sobre a fome na área de saúde coletiva e sociologia. Tal ocorrência induziu para o objetivo de realizar o levantamento de trabalhos de pós-graduação em geografia no portal acadêmico da Capes para assim mensurar a produção na área. A hipótese é de que a geografia está se distanciando da temática da fome. A relevância de tal pesquisa reside no fato de que, com o desmonte das políticas públicas de assistência social e o aumento do desemprego, o Brasil corre o risco de voltar a ocupar o mapa da fome da FAO (SILVA, 2017). Tal panorama requer a atenção dos geógrafos para o assunto.

O trabalho consiste numa pesquisa bibliográfica, exploratória e descritiva, a qual está calcada nos referenciais teóricos de Castro (2016); Belik (2012) e Melo Filho (2008). Para além do método qualitativo, a presente monografia também se vale do método quantitativo ao pesquisar o número de trabalhos existentes sobre a fome no âmbito da produção no nível das pós-graduações. Nesse aspecto o objetivo é mapear o quanto a fome tem sido objeto de estudo na Geografia.

METODOLOGIA

O método adotado ao longo da pesquisa passou por algumas fases: primeiro foi feita a leitura do livro *Geografia da Fome*, de Josué de Castro, onde foi possível verificar a relevância da obra, além de possibilitar um entendimento mais próximo acerca do fenômeno da fome. Nessa fase, foi descoberto o campo da Geografia Médica, o qual orientou a obra através das classificações de fome endêmica e fome epidêmica, que serão melhor explicadas ao longo do presente trabalho.

Em seguida, ocorreu a imersão no campo da Geografia Médica, da qual originou o esforço de percorrer e analisar a geografia médica enfocando a fome, isso exigiu retomar e traçar uma comparação, e assim enquadrando epistemologicamente com maior ênfase, foi retomada a obra *Geografia da Fome*. Ainda nessa etapa também foi constatado, por meio de pesquisa bibliográfica acerca do tema, que a Geografia Médica, voltada para a explicação de padrões de doença e suas causas (SANTANA, 2014), evoluiu no debate atual para a Geografia da Saúde, a qual aborda e analisa os serviços de saúde e o bem estar da população (SANTANA, 2014). Desse modo, ocorreu o interesse de fazer uma pesquisa comparativa e complementar entre o estudo da fome de Josué de Castro (*Geografia Médica*) e a abordagem da fome orientada pela Geografia da Saúde. De fato foi delineado uma convergência entre a Geografia da Saúde e a trajetória de políticas públicas contra a fome. No entanto não foram encontrados trabalhos que reunissem o referido campo científico e o estudo da fome, apesar da contribuição de *Geografia da Fome*. Parece que os geógrafos não se empenharam em dar continuidade para os estudos da fome no período contemporâneo sobre o auxílio da geografia da saúde. Esse campo está muito mais comprometido em estudar os padrões espaciais de doença e a análise dos serviços de saúde, não associando a fome oculta e crônica como causadora de enfermidades. Diante de tal dificuldade e depois de analisar a *Geografia Médica* em *Geografia da Fome*, e ainda encontrar muitas referências que afluíam Josué de Castro e Saúde coletiva ou ainda Sociologia.

A partir de tal ocorrido, surgiu a constatação da pouca existência do assunto concernente à fome nos trabalhos produzidos na área da Geografia. Para confirmar tal hipótese, foi feito o levantamento da produção de trabalhos de conclusão de teses e dissertações geográficas que abordassem a fome ou temas correlatos tais como a segurança alimentar, insegurança alimentar, soberania alimentar. Partindo desse parâmetro, o método

utilizado foi buscar tais questões através da palavra-chave “fome” no portal acadêmico da Capes. Em seguida, foram analisados o título, resumo e palavras-chave.

Assim sendo, pode-se afirmar que o presente trabalho se constitui como uma mescla entre a pesquisa qualitativa e a quantitativa. Além de ser bibliográfica e exploratória devido a sondagem no campo da geografia médica e ao interesse em conhecer melhor o fenômeno da fome, e ainda devido ao procedimento de coleta consistir no levantamento dos trabalhos de pós-graduação na área, o que requer uma pequena seção quantitativa.

1- BIOGRAFIA DE JOSUÉ DE CASTRO

Na cidade de Recife em 1908 nasceu Josué Apolônio de Castro. Depois da conclusão dos cursos primário e secundário na cidade natal, Josué de Castro começou a cursar medicina na Faculdade de Medicina da Bahia, em Salvador, no entanto, finalizou a graduação na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, com 21 anos de idade em 1929.

Em 1930, ao retornar para Recife, abre seu consultório e começa a atuar como médico especialista em doenças da nutrição (AZEVEDO, 2014). Em 1932, trabalha numa fábrica como médico, onde produz “As condições de vida das classes operárias do Recife”, sendo considerado um estudo precursor no Brasil e por isso servindo de exemplo para pesquisas análogas nas décadas de 1930 e 1940, num contexto em que eram reivindicados os direitos trabalhistas e a demarcação do salário mínimo (LINHARES, 2007).

Josué volta para o Rio de Janeiro em 1935, onde dá continuidade ao trabalho de consultório médico voltado para a alimentação. Em 1936, torna-se professor de Antropologia Física na Universidade do Distrito Federal¹.

Em seguida, passou a fazer pesquisas bioquímicas, estagiando inclusive no Instituto bioquímico de Roma em 1938. Além de ministrar cursos nas universidades de Roma, Nápolis e Gênova, dos quais procedeu a publicação, em 1939, do estudo *Alimentazione e Acclimatazione Umana Nei Tropici*. Os conhecimentos adquiridos nesse período serviram de alicerce para a posterior criação do Instituto de Nutrição da Universidade do Brasil (1946), planejado e materializado pelo próprio Josué de Castro.

Em 1939, novamente no Brasil, passou a integrar o departamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Brasil, hoje UFRJ, no qual conseguiu, através de concurso, a cátedra de Geografia Humana, em 1947, com a tese “A cidade do Recife, Ensaio de Geografia Urbana”.

No período que compreende os anos de 1939 e 1945, desenvolveu cursos concernentes à alimentação e nutrição no Departamento Nacional de Saúde Pública e na Faculdade de

¹ “Josué adquiriu um prestígio nacional que o levaria a transferir-se para o Rio de Janeiro, então capital e centro cultural do país, onde assumiu – na então Universidade do Distrito Federal – uma Cadeira organizada pelo educador Anísio Teixeira, quando a Prefeitura do Distrito Federal era exercida pelo político pernambucano Pedro Ernesto (ANDRADA, 1997 *apud* AZEVEDO, 2014).”

Medicina da Universidade do Brasil; foi eleito presidente da Sociedade Brasileira de Nutrição em 1942; concebeu o Serviço de Alimentação da Previdência Social (Saps).

Além das publicações já citadas, merecem destaque: Documentário do Nordeste (1933); O Problema da Alimentação no Brasil (1933); Alimentação e Raça (1935); A Alimentação Brasileira à Luz da Geografia Humana (1937) e Fisiologia dos Tabus (1938). Segundo Linhares (2007), esses livros compuseram a fase de preparação das duas obras mais importantes da carreira de Josué, Geografia da fome (1946) e Geopolítica da Fome (1951), os quais receberam relevância mundial. Tais livros foram traduzidos em 24 idiomas, gerando forte impacto na opinião pública internacional acerca do problema da fome, dos problemas enfrentados pelos países subdesenvolvidos e da perduração da desigualdade socioeconômica decorrente da colonização (LINHARES, 2007).

Azevedo (2014) classifica a produção intelectual de Josué de Castro em três grandes fases:

A primeira fase, de 1932 a 1939, é caracterizada pelo *Josué médico, fisiologista, literato e regionalista*, com 14 obras. As temáticas das obras estão relacionadas com a sua recente formação na área de medicina, ofício que exerceu após a conclusão dos estudos, e com o lugar de onde viera, o Nordeste. A segunda fase, de 1946 a 1957, apresenta um *Josué Geógrafo, político e cosmopolita, denunciando a fome no Brasil e no mundo*, com 8 obras. Nesta fase Josué já lecionava Geografia, tinha cargos políticos relacionados com a questão da fome e residia no Rio de Janeiro. A terceira fase, de 1960 a 1971, reflete o *Josué exilado, pensando e discutindo o Brasil e a América Latina, lutando contra o subdesenvolvimento e o autoritarismo da ditadura*, totalizando 9 obras. Os assuntos mostram o intelectual exilado, com representatividade internacional, que não pensava só o Brasil, mas a América Latina (AZEVEDO, 2014).

Segundo Milton Santos, na apresentação da 6ª edição brasileira de Geografia da Fome, Josué se constituía como um “autêntico possibilista”. De fato, muitas referências a Vidal de La Blache aparecem ao longo do livro. Outras produções científicas relacionadas ao campo da Geografia são: Metabolismo basal e clima (1932); Geografia Humana: estudo da paisagem cultural do mundo (1939); Fatores de Localização da Cidade do Recife (1948); Ensaio de Geografia Humana (1957); Sete Palmos de Terra e um Caixão (1965) e A Explosão Demográfica e a Fome no Mundo (1968).

Nas palavras de Porto Gonçalves (2017), Josué de Castro foi um visionário do ecologismo:

Já em 1946 Josué de Castro escrevia que a fome era o problema ecológico número um. Afinal, todo ser vivo precisa se alimentar. O que surpreende é que Josué de Castro tenha dito isso numa época em que a questão ecológica sequer estava pautada e que os ambientalistas, ainda hoje, sequer o considerem como um dos mais importantes pensadores e ativistas da questão (PORTO GONÇALVES, 2017).

De acordo com Linhares (2007), mesmo com sua intensa produção intelectual, Josué de Castro manteve seu consultório médico no Rio de Janeiro, como clínico e especialista em doenças de nutrição, até 1955.

Após alcançar fama universal, Josué foi eleito para exercer a função de presidente do Conselho Executivo da Organização para a Alimentação e a Agricultura das Nações Unidas (FAO). Essa conquista foi devido ao renome obtido através de sua obra e a protuberante atuação contra a miséria da população flagelada pela herança da colonização capitalista, apontando a fome e a desnutrição como consequências de tal processo histórico. A vigência desse período compreendeu os anos de 1952-1955.

Josué de Castro também atuou como Deputado Federal por Pernambuco (1955-1963), o mandato foi exercido através da filiação do Partido Trabalhista Brasileiro. Abdicou do cargo para desempenhar a função de Embaixador Brasileiro junto aos organismos internacionais das Nações Unidas em Genebra (1963-1964). Em decorrência do golpe civil-militar-empresarial de 1964, seus direitos políticos foram cassados, o que impossibilitou sua permanência como embaixador.

No exílio em Paris, originou e executou a Associação Internacional de Luta contra a Fome, em companhia de Abbé Pierre e do Padre Joseph Lebreton e regeu, até sua morte, a Associação Internacional das Condições de Vida e Saúde (LINHARES, 2007).

De forma paralela aos eventos mencionados acima, Josué também participou de muitas associações científicas na Europa, Estados Unidos e União Soviética (LINHARES, 2007). Além disso, ganhou a menção anual da “American Library Association” em 1952; o “Prêmio Franklin D. Roosevelt”, da Academia Americana de Ciência Política, em 1954; o “Prêmio Internacional da Paz”, do Conselho Mundial da Paz; a Grande Medalha da Cidade de Paris; o grau de Oficial da Legião de Honra da França; o título de Professor Honoris Causa das Universidades de São Marcos (Peru) e Santo Domingo; a medalha do Mérito Médico do

Brasil; o prêmio da Associação Brasileira de Escritores e finalmente, o prêmio da Academia Brasileira de Letras (LINHARES, 2007).

No exílio, Josué de Castro escreveu o romance “Homens e Caranguejos” (1967), o qual exerceu, posteriormente, influência direta sobre o movimento Manguebeat da década de 1990. Tal romance conota a saudade que Josué sentia do Brasil, sobretudo de sua cidade natal (Recife), ao remeter a sua infância. Sobre isso vale ressaltar que diversas vezes o combatente da fome tentou voltar para o Brasil, mas sempre teve o direito do passaporte brasileiro negado pela censura (TENDLER, 1994). Morreu de infarto no dia 24 de setembro de 1973, em Paris, uma semana após ter seu pedido de passaporte negado pela última vez. “Morreu do coração, morreu de exílio, morreu também de saudade” (TENDLER, 1994).

2- GEOGRAFIA MÉDICA E FOME: UMA INVESTIGAÇÃO QUE PARTE DA GEOGRAFIA DA FOME

Antes de adentrar a subseção da geografia médica, é importante fazer a ressalva de que esse é apenas um recorte analítico para a abordagem da obra. Tal escolha se deve ao fato dos conceitos de fome endêmica e fome epidêmica, que conduzem a obra, possuírem fonte na epidemiologia. Segundo Melo Filho (2008), “embora haja uma fixidez nos procedimentos metodológicos, observam-se múltiplas configurações de objetos e um arcabouço teórico transdisciplinar para explicar o fenômeno da fome.” E ainda: “Não é fácil a tarefa de enquadrar, fixar, aprisionar a Geografia da Fome em um determinado campo disciplinar.” Sendo assim, a escolha para o assunto abordado adiante fica justificada.

O estado nutricional é a manifestação biológica do conjunto de processos que operam sobre um ‘corpo social, é a síntese orgânica das relações entre homem natureza alimento que se estabelecem no interior de uma sociedade’. Portanto o estado nutricional é um dos indicadores mais sensíveis do nível de desenvolvimento de uma nação, pois além da dimensão biológica, expressa a determinação histórico estrutural da questão alimentar e nutricional.(PINHEIRO, 2010)

A partir do entendimento de que a saúde e o bem-estar da população decorrem de sua interação com o meio geográfico, a relevância do fator alimentação se faz mais evidente na composição dos condicionantes do binômio saúde doença, pois é através do acesso a uma alimentação adequada que muitas enfermidades são evitadas. Desse modo, o não acesso de uma população à alimentação adequada se torna um problema de saúde pública que pode acarretar a desnutrição, ou ainda a fome crônica e coletiva.

O fenômeno da fome em sua complexidade é um objeto multidimensional, possuindo manifestações de natureza biológica, social, econômica, histórica, política e geográfica. Do ponto de vista biológico, a fome se manifesta a partir dos fatores fisiológicos, incidindo na escala do corpo. Nesse aspecto, se torna necessário compreender, portanto, o problema na esfera do indivíduo, abordando as suas manifestações patológicas.

Partindo da fisiologia humana e, por conseguinte, as necessidades metabólicas do corpo humano, Josué de Castro explica o que seria segundo ele o regime alimentar ideal:

Qualquer tipo de regime alimentar, para ser considerado racional, quaisquer que sejam as substâncias alimentares que entrem em sua formação, deve ser suficiente, completo e harmônico. Deve conter um total de energia correspondente às despesas do organismo, a fim de ser julgado suficiente. Deve encerrar os diferentes elementos de que o organismo necessita para seu crescimento e equilíbrio funcional, para ser completo. Só será harmônico se esses diferentes elementos entrarem em sua composição em determinadas proporções (CASTRO, 2006, p.53-4).

Desse modo, de acordo com a exposição do autor, um regime deficiente, desarmônico e incompleto, ao não suprir as demandas metabólicas do corpo, acarreta trágicas consequências de saúde ao indivíduo faminto. É a partir do desequilíbrio alimentar, sobretudo pela carência, que a fome se manifesta. Existem muitas definições do que se constitui como fome. Algumas serão distinguidas a seguir, elencando as concepções de Carlos Augusto Monteiro e Josué de Castro.

A fome aguda, que está ligada à sensação e diz respeito à necessidade urgente de se alimentar, ou seja, ao grande apetite (MONTEIRO, 2003), essa categoria por ser efêmera e restrita ao indivíduo, não se enquadra como problema de saúde da coletividade. Por sua vez, a fome total ou global refere-se à carência prolongada de todos os elementos, tanto calóricos quanto nutricionais, sendo uma manifestação análoga à inanição (CASTRO, 2006). A fome oculta corresponde a uma ou mais carências específicas (fome específica) em relação ao regime habitual do indivíduo. Ocorre de maneira crônica e permanente, sendo análoga à desnutrição crônica. Essa modalidade é a mais nociva, pois se trata da perduração do fenômeno que afeta grandes massas (CASTRO, 2006; MONTEIRO 2003).

Do ponto de vista epidemiológico, que é o estudo de “padrões de distribuição da ocorrência em massa de doenças em populações (FILHO, 1993)”, a preocupação com a descrição da manifestação da fome coletiva se torna preponderante, o que requer a consideração da extensão geográfica do fenômeno. De acordo com Castro (2006), a fome global se manifesta de forma episódica, ou seja, através de surtos esporádicos de escassez de alimentos, o que a caracteriza como fome epidêmica. O surgimento desse tipo de fome costuma ocorrer em períodos de guerras, pragas agrícolas e secas. Por sua vez, a fome oculta, por se tratar de um problema crônico de uma determinada população localmente situada, possuindo deficiências específicas em seu quadro nutricional, é caracterizada, portanto, como fome endêmica e está associada à distribuição de alimentos. A figura 1 corresponde ao mapa

elaborado por Josué de Castro (2006) para ilustrar as bases alimentares das diferentes regiões do Brasil, assim como as manifestações de fome nas respectivas áreas.

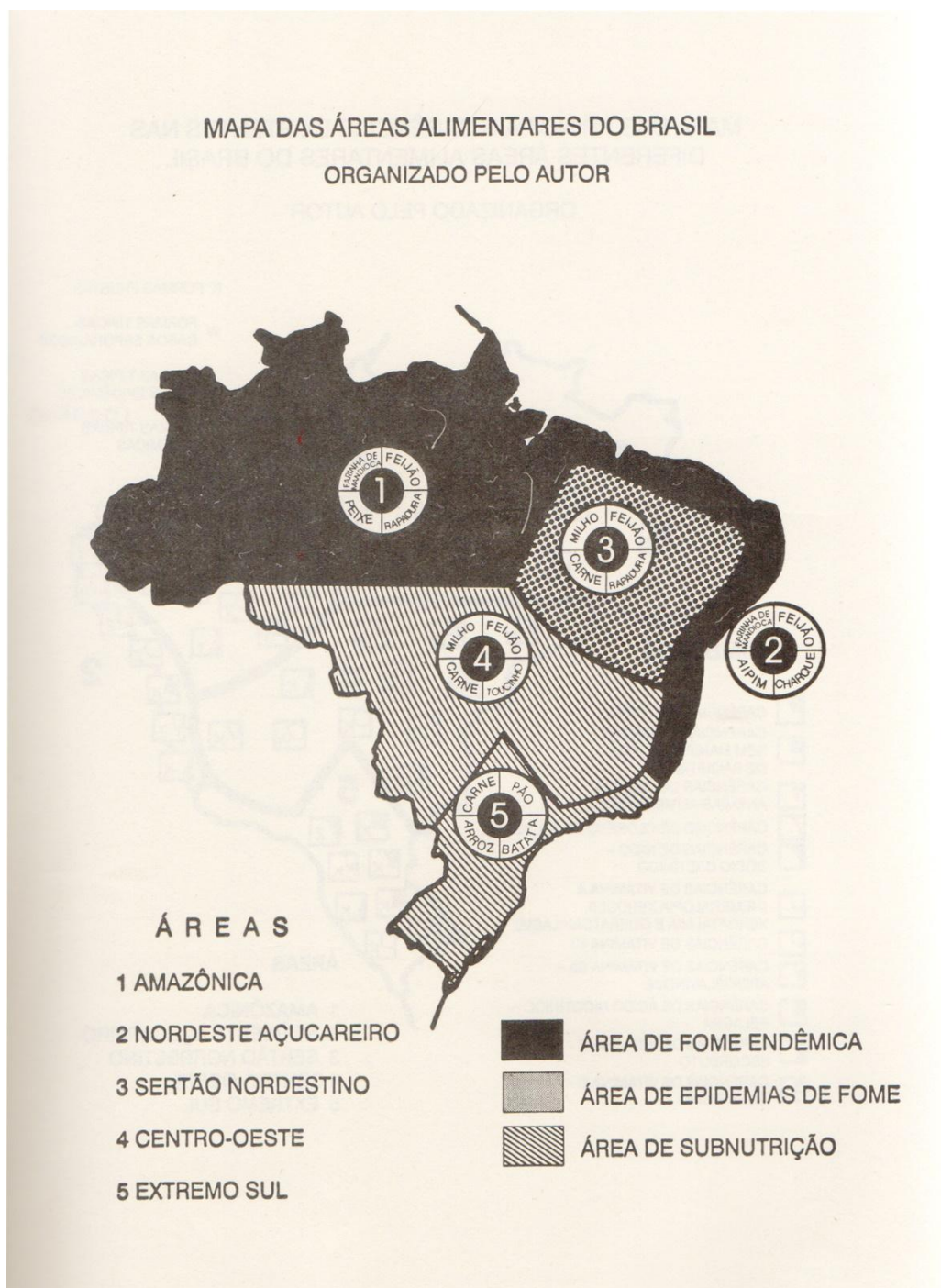


Figura 1 (Fonte: Castro, 2006).

Com isso, a epidemiologia converge fatores geográficos e médicos no seu campo epistemológico, o que faz conduzir o assunto da fome, em sua abrangência, para a área da Geografia Médica.

A geografia médica tem por fim o estudo da distribuição e da prevalência das doenças na superfície da Terra. Bem como de todas as manifestações que nelas possam advir por influência dos mais variados fatores geográficos e humanos (PESSOA, 1960, p.1 apud SANTOS 2010).

O campo da geografia médica é essencial para a compreensão do fenômeno da fome. Sendo um campo de estudo que conecta o ambiente e a enfermidade, a geografia possui atribuição ativa, pois ao relacionar a superfície terrestre e a atividade humana (SANTOS, 2010), converge os fatores que determinam as condições de vida e incidem na saúde da população. “Para melhor se compreender o processo saúde-doença se faz necessário entender o homem no seu meio ‘físico, biológico, social e econômico’.” (LEMOS; LIMA, 2002, p. 84 apud SANTOS, 2010).

Desse modo, Josué de Castro forneceu uma enorme contribuição para os estudos do fenômeno da fome, sobretudo a oculta e endêmica, ao afluir os diversos aspectos mencionados acima. A partir do mapeamento dos regimes alimentares classificados por regiões – amazônica; nordeste açucareiro; sertão nordestino; centro e sul – a obra “Geografia da Fome” expõe a causalidade que determina os diversos quadros nosológicos que se manifestam de modo padronizado. Descreve a composição da paisagem, considerando seus aspectos físicos e o processo de ocupação do espaço.

Na geografia médica, o estudo do enfermo é inseparável do seu ambiente, do biótopo onde se desenvolvem os fenômenos de ecologia associada com a comunidade a que ele pertence. Quando se estuda uma doença, [...] sob o ângulo da geografia médica, devemos considerar o lado do agente etiológico, do vetor, do reservatório, do hospedeiro intermediário e do homem suscetível, os fatores geográficos representados pelos fatores físicos (clima, relevo, solos, hidrografia, etc), fatores humanos ou sociais (distribuição e densidade da população, padrão de vida, costume religioso, superstições, meios de comunicação) e os fatores biológicos (vidas vegetal e animal, parasitismo humano e animal, doenças predominantes, grupo sanguíneo da população, etc) (LACAZ, BARUZZI e SIQUEIRA JUNIOR 1972, P.1 apud SANTOS, 2010).

No caso da Amazônia, o déficit alimentar tem início na insuficiência mineral do solo, decorrente da alta lixiviação por enxurradas do clima equatorial. Essa carência é transferida para os vegetais que ficam condicionados a tais determinações edafológicas. Ocorre um encadeamento de acumulação de carências, sobretudo cálcio, ferro e cloreto de sódio, do qual a pobreza química do solo é transmitida para o corpo humano. (CASTRO, 2006 apud MOREIRA, 2010 p. 83).

No caso do Nordeste açucareiro, o surgimento da enfermidade se dá devido ao açambarcamento do solo. A monocultura ao impor a exclusividade do plantio de cana, trouxe a escassez de víveres para a população nativa, fazendo com que o regime local fosse bastante monótono e deficiente (Castro, 2006). No aspecto da geografia médica, convém metaforizar a enfermidade como a própria fome e o agente etiológico como a ação parasitária do latifúndio.

A geografia médica está relacionada à etiologia (MCGLASHAN, 1972:5 apud SANTANA, 2014), que é o estudo da origem e causa de um determinado fenômeno. A obra “Geografia da Fome”, de Josué de Castro é um bom exemplo de uma investigação na área de Geografia Médica. A partir do estudo do conjunto alimentar deficiente e desarmônico da população, o autor nos forneceu uma epidemiologia crítica da fome (MELO FILHO, 2008). Ao buscar a causalidade para explicar a ocorrência de patologias endêmicas, revelou a natureza carencial de diversas doenças que possuíam padrão regional.

As doenças detectadas pelo autor que possuíam origem na fome oculta e que atingiam os indivíduos de forma endêmica são: anemia, decorrente da fome específica de ferro e ainda agravada pela verminose; anorexia, palpitações, câibras, irritabilidade, perda de memória, insônia, vascularização da córnea, pelagra, dermatites glossites, estomatites e diarreias acarretadas pela carência de vitaminas do complexo B; baixa estatura acarretada pelo regime pobre em proteína animal; visão deficiente e até mesmo cegueira, hiperkeratose e principalmente perturbações cutâneas decorrentes da avitaminose A; manifestação de bócio devido à carência em iodo; alto nível de cansaço e fraqueza devido à ingestão insuficiente de caloria; alto índice de mortalidade devido ao regime precário em sua totalidade (CASTRO, 2006).

A figura 2 apresenta o mapa elaborado por Josué de Castro (2006) para expor a distribuição e a prevalência das principais carências alimentares do Brasil.



Figura 2 (Fonte: Castro 2006).

Diante das doenças agindo no corpo, observa-se que o fenômeno da fome incide na escala corporal através dos danos na fisiologia humana, configurando-se como um agente mórbido (ALMEIDA FILHO, 1993). Nesse aspecto, a clínica está diretamente associada à dor física e ao desconforto (NOSSA, 2008, p.39 apud SANTOS, 2010), o que torna necessário o compromisso da geografia médica “na redução da carga de sofrimento humano resultante da doença (MCGLASHAN, 1972:5 apud SANTANA, 2014).”

Assim, de acordo com Melo Filho (2008), Josué também se aproxima da clínica, em contraponto à epidemiologia, ao agrupar os múltiplos quadros nosológicos em um só: “o caso típico da fome, posto em alto relevo com uma paisagem ao fundo (MELO FILHO, 2008).” Acerca da descrição clínica que Josué faz dos corpos flagelados pela fome no sertão nordestino, o registro alude à obra do pintor Cândido Portinari (MELO FILHO, 2008):

A fome quantitativa se traduz de logo pela magreza aterradora, exibindo todos, fáceis chupados, secos, mirrados, com os olhos embutidos dentro de órbitas fundas, as bochechas sumidas e as ossaturas desenhadas em alto relevo por baixo da pele adelgada e enegrecida. Indivíduos que mesmo no tempo de abundância – nas épocas do verde – nunca foram de muita gordura, apresentando-se sempre com sua carne um tanto enxuta, chegam a perder, nas épocas secas, até 50% de seu peso (MELO FILHO, 2008 *apud* CASTRO, 2006, p. 243-4).

A figura 3 expressa em linguagem artística e não verbal a descrição clínica de Josué de Castro, de modo que tanto o olhar médico quanto o olhar artístico emitem significação semelhante para o receptor, mesmo que por meios diferentes.



Figura 3: Retirantes, Portinari, 1944.

Fonte: MASP, 2018.

<https://masp.org.br/acervo/obra/retirantes>

A descrição acima corresponde a uma observação clínica, na qual a partir dos indícios fisiopatológicos a fome é apreendida através do estado físico do famélico. Além da atuação na

saúde corporal, a fome também atinge a saúde mental do indivíduo, agindo sobre a sua percepção. Perante a fome total (quantitativa e qualitativa), que alcança níveis extremos do flagelo, Josué de Castro registra o caso das secas no sertão nordestino:

Não é somente agindo sobre o corpo dos flagelados, roendo-lhes as vísceras e abrindo chagas e buracos na sua pele, que a fome aniquila a vida dos sertanejos, mas também atuando sobre o seu espírito, sobre sua estrutura mental, sobre sua conduta social. Nenhuma calamidade é capaz de desagregar tão profundamente e num sentido tão nocivo a personalidade humana como a fome quando alcança os limites da verdadeira inanição. Fustigados pela imperiosa necessidade de alimentar-se, os instintos primários se exaltam, e o homem, como qualquer animal esfomeado, apresenta uma conduta mental que pode parecer a mais desconcertante (CASTRO, 2006, p. 225-6).

Desta forma, diante da urgência de se alimentar, o sistema psíquico do famélico é afetado, fazendo surgir um sentimento dúbio e conflitante. Tal instabilidade se expressa a princípio pela irritabilidade excessiva, excitação dos nervos e aguçamento dos sentidos. Em seguida, surgem de acordo com Castro (2006) a apatia, forte depressão e dificuldade de concentração.

É provável que o conflito interno exposto acima seja exteriorizado através do surgimento de dois arquétipos muito marcantes na vida social do sertão. Em síntese, o aparecimento do cangaceiro está associado à prevalência do instinto da fome sobre o escrúpulo e a moral, na qual se expressa através do banditismo. Por outro lado, a presença da figura do beato personifica o fanatismo religioso, que exprime o domínio da exaltação moral em relação ao instinto primário. As duas manifestações são entendidas como uso exacerbado e desequilibrado da força, física ou mental, para suportar a calamidade da fome em seu nível extremado. (CASTRO, 2006)

No caso da fome oculta e permanente, o impacto no comportamento do indivíduo ocorre de forma menos extremada. Por se tratar de um tipo de fome que não está tão próxima da inanição, os instintos primários não ficam tão exaltados como no caso acima. Em um estudo etnográfico num bairro precarizado de Salvador acerca da fome crônica (FREITAS, 2003), a constatação é de que a fome passa a ser incorporada na vida cotidiana como algo natural, numa tentativa de resistir ao sofrimento. Em meio à hostilidade de condições materiais precárias ou inexistentes, ao desemprego e violência, a perspectiva de melhoria inexistente. A

experiência de viver fica regulada por sentimentos suscitados pelo medo, mas naturalizada por encontrar o mesmo estado de existência em seus similares (FREITAS, 2003).

De maneira geral, a pessoa precisa de um marco simbólico para classificar suas necessidades na realidade social e convencer-se de um mundo estável (SCOTT, 1972:18-29). E, como observei no bairro, mesmo imersa em condições miseráveis, como a fome crônica, ela sequer concebe seu sofrimento como intolerável e muitas vezes se acomoda, por não sentir quaisquer perspectivas de mudar a qualidade de sua vida. Uma adaptação que se dá por lhe faltar reflexão para reconhecer a possibilidade de um melhor estado social para si (SARTRE, 1997, p.538-45 apud FREITAS, 2003, p. 42).

Sobre a motivação do indivíduo que sofre fome crônica, o psicólogo Abraham Maslow demonstra que a mesma possui vínculo com um conjunto de necessidades que seguem uma ordem hierárquica, no qual as necessidades fisiológicas ocupam o primeiro estágio (SILVA, et al., 2017). Existe assim uma ordem que pode ser resumida da seguinte maneira: “Em sua teoria, Maslow retrata que uma pessoa é conduzida a satisfazer uma necessidade elevada, situada em uma pirâmide hierárquica, conforme a necessidade do nível mais baixo for satisfeita” (MCSHANE; VON GLINOW, 2014 apud SILVA, et al., 2017). A figura 4 corresponde à pirâmide da hierarquia das necessidades, formulada por Maslow.

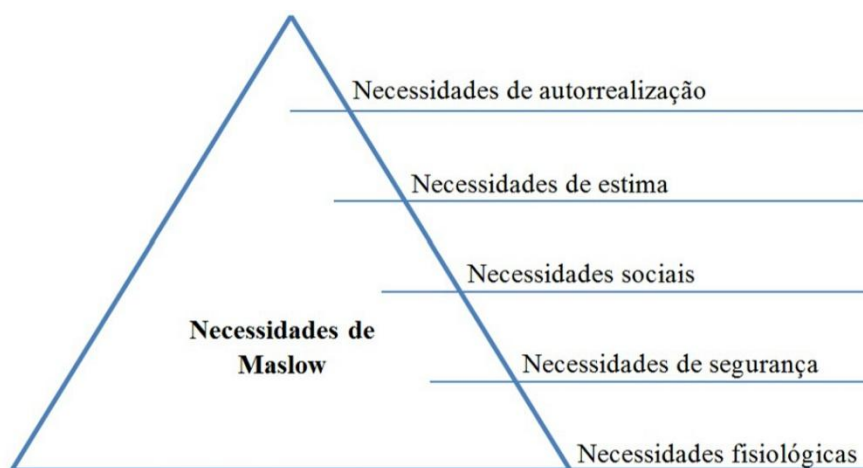


Figura 4. Fonte: Silva et al., 2017.

De acordo com Maslow, as necessidades seguem uma hierarquia, na qual a motivação do indivíduo depende do nível em que ele consegue suprir. A pessoa apresenta uma

necessidade e com isso seu objetivo é atendê-la, após satisfazê-la, outra necessidade se torna seu horizonte (HESKETH e COSTA, 1980 apud SILVA et al., 2017).

A partir do exposto acima, podemos perceber que o indivíduo que cotidianamente não consegue se alimentar, convivendo com a fome crônica, tende a ficar estagnado no primeiro nível das necessidades primárias. A consequência disso, portanto, é a percepção da falta de um horizonte melhor para si e o não desenvolvimento de suas potencialidades. Nesse caso, o indivíduo é reduzido às necessidades primárias, o que o desmotiva para lutar por uma transformação mais ampla, visto que as mais básicas não conseguem ser supridas plenamente.

O mesmo leque de elementos é apresentado também na obra “Geografia da Fome”, onde Josué de Castro ao citar passagem de Seabra Veloso eleva para o território o conjunto de fatores acima mencionado:

Um povo como o nosso, que vive um déficit permanente de carne, peixes, leite, ovos, cereais, frutas e verduras, é um povo fraco, um povo doente, dando uma prole fraca, incapaz e fadada a desaparecer entre a primeira e a segunda infância. O rendimento do seu trabalho é mínimo; a sua média de saúde muito baixa, o que o torna pasto a terríveis moléstias, como a tuberculose, as verminoses, as infecções e por aí afora: a duração de sua vida sempre curta, extinguindo-se entre os 40 e 60 anos; e a sua utilidade para a pátria quase nula, quando não negativa, uma vez que o cidadão, nas circunstâncias acima, torna-se um ônus, um peso morto, susceptível de obstruir o curso normal do progresso (VELOSO 1940 apud CASTRO, 2006 p. 148).

Em síntese, podemos observar que a geografia médica é uma boa ferramenta de análise para o entendimento do fenômeno da fome. Na qual abarca suas manifestações epidemiológicas assim como suas conseqüentes manifestações clínicas em relação à saúde corporal e mental do indivíduo. Desse modo, a geografia médica fornece a dimensão dos diversos quadros nosológicos que uma dieta de fome provoca, o que a torna um fator etiológico de muitas doenças. Porém, a fome como um objeto multidimensional exige uma abordagem holística que abarque os fatores de natureza social, histórica, econômica e geográfica para além da biológica. Tal conjunto de situações pode ser melhor compreendido a partir da citação em seguida:

Enquanto do ponto de vista clínico se procuram debelar os sintomas, atuando sobre as causas, nas patologias com eminente contorno social, a clínica apenas pode ajudar a minorar a dor física e o desconforto, sendo que a cura obriga a uma intervenção no corpo social e econômico que enquadra o

indivíduo e conforma a sociedade. (NOSSA, 2008, p.39 apud SANTOS, 2010).

3- TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE A FOME

A seção acima se dedicou em explicar a incidência do fenômeno da fome no seu aspecto biofísico e psicológico, ou seja, tanto sua manifestação clínica no corpo do indivíduo, quanto sua manifestação epidemiológica no corpo coletivo. Para isso recorreu à Geografia Médica para o embasamento de tal enfoque.

A parte seguinte se propõe a expor uma breve retomada da trajetória de implantações das políticas públicas de combate à fome. A qual decorreu de uma tentativa de enquadramento dentro da geografia da saúde. A geografia da saúde adveio da Geografia Médica, e seu enfoque maior é na análise da eficácia de serviços de saúde e políticas públicas. Desse modo, considera “os impactos tanto dos serviços de saúde quanto da saúde dos grupos populacionais na vitalidade dos lugares (BARROZO, 2011)”.

O objetivo geral da Geografia da Saúde é proporcionar conhecimentos que sirvam para compreender as relações que se estabelecem entre as condicionantes da saúde, os resultados efetivos das políticas e da organização dos serviços na saúde das populações e as suas consequências no desenvolvimento do território. (SANTANA, p.13, 2014)”

A frase citada acima despertou o empenho para encaixar a questão da fome dentro da perspectiva da Geografia da Saúde. Isso quer dizer, pensar as políticas públicas que visam prover a segurança alimentar da população mais vulnerável. Mesmo que isso signifique uma aproximação das políticas macroeconômicas, ainda assim é também concernente à saúde pública. O campo da Geografia da Saúde pode ser definido da seguinte forma:

Na Geografia da Saúde o esforço é direcionado para o campo social e político pertinente à Saúde Pública. Devido à ampliação dos temas e assuntos da geografia médica, desenrolou-se uma nova designação mais ampla, o que fez com que ocorresse a substituição e evolução da Geografia Médica por Geografia da Saúde (PEREIRA apud SANTOS, 2010).

Desse modo, é oportuno evidenciar que a fome, mesmo que enquadrada como problema de saúde e sendo um fator determinante no processo saúde-doença, também é uma experiência social. “A saúde pode ser tomada como reprodução do espaço vivido

(GUIMARÃES, 2015).” Assim, a manifestação biológica do indivíduo está vinculada à sociedade que a conforma (FARIA, 2009) e situada no espaço.

“O território (contexto) é, simultaneamente, uma causa e um efeito dos problemas de saúde. acrescentam-se-lhe fatores como a composição socioeconômica, a etnia e o gênero, com impacto no acesso à saúde e aos cuidados de saúde.” (SANTANA, p.15, 2014).

No aspecto das políticas públicas de combate à fome, é apropriado fazer uma breve revisão das implantações já feitas na escala nacional.

Para Pinheiro (2010), as políticas públicas de combate à fome, ao longo do processo histórico até na atualidade, são “fragilizadas pelo paradoxo que confronta interesses econômicos e interesses sociais”, além disso, a autora detecta uma “distância e contradição entre a proposição e a execução das ações e programas” (PINHEIRO, 2010).

De acordo com Belik, Silva e Takagi (2001), os modelos de políticas públicas de combate à fome no Brasil tiveram três momentos distintos. Até o final da década de 1930, as intervenções estavam voltadas para os problemas de abastecimento pertinentes a oferta de alimentos; entre as décadas de 1940 e 1990 para o reajuste de preços e controle da oferta e ao longo da década de 1990 para a desregulamentação do mercado a fim de suscitar crescimento econômico e com isso geração de renda.

Em 1940, o governo Vargas implantou o Serviço de Alimentação da Previdência Social – SAPS (NASCIMENTO, 2009). Tal programa, vinculado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, consistia em restaurantes populares que concediam alimentação aos trabalhadores por um valor bem acessível, além de contar com uma campanha de educação alimentar e nutricional para os mesmos. “Assim, pretendia complementar o salário mínimo e possibilitar melhoria das condições de vida dos trabalhadores (FOGAGNOLI, 2011).” Em 1967, Castello Branco pôs fim ao SAPS.

Em 1945, ocorre a implantação da Comissão Nacional de Alimentação (CNA), a qual tinha a intenção de estudar a cultura alimentar e a situação nutricional da população brasileira, além de propor diretrizes da política federal de alimentação e acompanhar as pesquisas concernentes à alimentação (NASCIMENTO, 2009).

Diante do período de crise no abastecimento de produtos agropecuários, a saber, alimentos essenciais como arroz, feijão, carne, leite, trigo, dentre outros (LOURENÇO NETO, 2011), o governo de Getúlio Vargas criou a Comissão Federal de Abastecimento e

Preços (COFAP) em 1951. Tal aparelho tinha a incumbência de coordenar a distribuição de todas as mercadorias alimentícias de consumo popular, com autoridade para fixar preços e controlar o abastecimento. Vinculada ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, a COFAP almejava ter uma ampla estrutura burocrática com unidades difundidas em todos os municípios. Entretanto, esse projeto nunca chegou a ser completamente consolidado e em 1962 a COFAP foi abolida (LOURENÇO NETO, 2011).

A COFAP, posteriormente, serviu de alicerce para a SUNAB (Superintendência Nacional de Abastecimento) no campo de fiscalização, CIBRAZEM (Companhia Brasileira de Armazenamento), COBAL (Companhia Brasileira de Alimentos) no setor de distribuição e CFP (Companhia de Financiamento da Produção) para administrar estoques reguladores, esses órgãos foram implantados dez anos depois pelo governo João Goulart a fim de “recuperar o atraso existente entre as estruturas de produção e comercialização e deter a especulação (BELIK, SILVA e TAKAGI, 2001).” De acordo com Belik, Silva e Takagi (2001), essas organizações configuram um marco nas políticas públicas de abastecimento:

Até então, o poder público tinha como objetivo apenas fiscalizar e controlar os canais de comercialização. A partir da década de 60, o poder público chama para si a tarefa de distribuir e fazer chegar até o consumidor os alimentos necessários. Em outras palavras: deixam-se de lado os aspectos normativos e a atuação passa a ser direta na gestão do sistema de abastecimento. A preocupação principal não era combater diretamente o problema da fome, mas sim dar uma resposta à sociedade que exigia preços mais baixos (BELIK, SILVA e TAKAGI, 2001).

Em 1990, COBAL, CIBRAZEM E CFP foram fundidas, ocasionando o surgimento da CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento - (NASCIMENTO, 2009).

Em 1952, sob gestão de Getúlio Vargas, foi concebido o plano intitulado “Conjuntura alimentar e Problemas de Nutrição no Brasil”, tratando-se de um projeto muito amplo em suas proposições, das quais apenas a Campanha Nacional da Merenda Escolar teve êxito e perdurou por mais tempo (NASCIMENTO, 2009).

Com exceção da merenda escolar, nenhum destes esforços prosperou, mas acumularam-se durante o período informações que não deixaram dúvida quanto à gravidade da situação. Os numerosos inquéritos conduzidos pela CNA em diversas regiões do país; os estudos de Waterlow e Vergara (1955) e Parahim (1958); o inquérito do *Interdepartmental Committee on Nutrition*

for National Development em cinco estados do Nordeste (1963); os trabalhos do grupo de Nelson Chaves na Zona da Mata (1965-1966); e o Estudo do Consumo Alimentar, pela Fundação Getúlio Vargas (1961-1963), todos apontavam para altos índices de desnutrição rural e urbana, com déficit calórico e proteico acompanhado de anemia e, ao menos em algumas regiões do Nordeste, hipovitaminose A. Paralelamente, um amplo estudo do Ministério da Saúde, em 1955, identificava o bócio endêmico como grave problema de saúde pública (SILVA, 1995).

Em 1972 é criado o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição – INAN sob gestão do governo militar como medida de mitigação da crise (NASCIMENTO, 2009). Tal instituição, subordinada ao Ministério da Saúde, possuía as atribuições de prestar assistência ao governo na elaboração do programa federal de alimentação e nutrição; introduzir o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN); fomentar e supervisionar a sua aplicação e analisar os resultados; e incentivar pesquisa científica para suporte (SILVA, 1995).

O primeiro PRONAN (1973-1974) foi interrompido por causa das dificuldades sofridas referentes à administração do mesmo (SILVA, 1995). Devido ao fato mencionado acima, sucedeu uma nova equipe para a gestão do programa, denominado PRONAN II (1976-1979), o qual mirava na “suplementação alimentar, amparo ao pequeno produtor rural, combate às carências específicas, alimentação do trabalhador e apoio à realização de pesquisas e capacitação de recursos humanos (SILVA, 1995)”.

Em 1974, ocorreu a I Conferência Mundial da Alimentação. O entendimento acerca da Segurança Alimentar estava muito subordinado à produção e preços da agricultura, o que servia de justificativa para a intervenção e fortalecimento da Indústria Química no setor agrícola, materializada pela Revolução Verde (NASCIMENTO, 2009).

Procurava-se convencer de que o flagelo da fome no mundo desapareceria com o aumento significativo da produção agrícola, o que estaria assegurado com o alto emprego de fertilizantes e agrotóxicos. A produção mundial, ainda na década de 1970, se recuperou, embora não da mesma forma como prometia a Revolução Verde, muito menos acabando com a fome no mundo (NASCIMENTO, 2009).

Desse modo, a abordagem sobre a fome passou a dar enfoque na verificação da coexistência da subnutrição e grandes estoques de mantimentos. As discussões passaram a questionar o acesso da população aos alimentos (NASCIMENTO, 2009).

Ao longo da década de 1980, questionava-se muito o motivo da perduração da fome num país que apresentava altos níveis de crescimento do PIB na década de 1970, o que revelava que esse crescimento não abarcava toda a sociedade (NASCIMENTO, 2009).

De acordo com Belik, Silva e Takagi (2001), no começo dos anos 1990, sob a gestão de Collor de Mello, houve um certo retrocesso nas políticas ligadas a nutrição e saúde. Foram eliminados os programas de suplementação alimentar direcionados às crianças menores de sete anos, enfraquecimento do INAN (Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição); Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (BELIK, SILVA e TAKAGI, 2001). A única iniciativa na área de alimentação nesse período foi o programa de distribuição de cestas básicas para a população atingida pela seca do Nordeste, no qual utilizava estoques públicos de alimentos e consistia numa velha exigência técnica a fim de amortecer as perdas dos estoques (VELENTE apud BELIK, SILVA e TAKAGI, 2001).

Em 1993, foi criado o Consea (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional) sob gestão de Itamar Franco. Esse fato ocorreu devido a grande mobilização popular em torno do assunto da fome e da pobreza, a qual foi impulsionada pela “campanha contra a fome, a miséria e pela vida”, coordenada pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho (BELIK, SILVA e TAKAGI, 2001).

De acordo com Belik et al. (2001), é possível detectar uma “fragmentação das políticas públicas de combate à fome” ao longo do governo de Fernando Henrique Cardoso (BELIK et al. 2001)”. Essa conjuntura foi composta pelas extinções do Consea e do Inan em 1997, ao mesmo tempo em que manteve o programa de distribuição de cestas básicas de modo inconstante e submisso ao calendário eleitoral (BELIK et al. 2001).

Belik et al. (2001) observa duas tendências nas políticas de combate à fome da gestão de FHC:

A primeira, um esvaziamento das políticas universais e sua substituição por políticas compensatórias localizadas, de caráter focalizado e geridas pelos próprios municípios, voltadas para a área social em geral (Lobato, 2001). Dá-se prioridade aos municípios mais pobres e procura-se implantar, gradualmente, agendas locais, apostando na mobilização, formação e treinamento de agentes locais de desenvolvimento. O alcance dessa política tem se revelado bastante limitado, como se pode verificar pelos baixos resultados alcançados até o momento na redução dos desequilíbrios sociais. Isso porque a fome no Brasil tem, cada vez mais, determinantes globais como a crise econômica, que resulta em desemprego e baixos salários, além da extrema desigualdade social no país e menos determinantes locais. A

segunda tendência é a substituição de programas baseados na distribuição de bens em espécie (como cestas básicas e leite) por um valor mensal em dinheiro, variando entre R\$ 15,00 e R\$ 20,00 por mês. O agravante é que essas novas políticas direcionadas para a população mais vulnerável à fome não prevêem formas de emancipação do dependente do benefício nem de acompanhamento, para verificar se as famílias realmente solucionam a carência alimentar (BELIK; SILVA E TAKAGI, 2001).

No final de 2001, o projeto Fome Zero foi apresentado ao debate público. O programa foi redigido pelo Instituto de Cidadania (sob comando de José Graziano da Silva) e teve contribuição de instituições de pesquisa, ONGs, sindicatos, movimentos sociais, especialistas, dentre outros segmentos da sociedade, e contava com 132 páginas (YASBEK, 2004). O documento, com a assinatura de Luíz Inácio Lula da Silva, se posicionava a partir do referencial de que o Estado deve garantir o direito à alimentação, e por isso se comprometia na elaboração de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional para a população brasileira (YASBEK, 2004).

De acordo com Belik (2012), o lançamento do Projeto Fome Zero agrupava ao todo 25 políticas e 40 programas, a institucionalização de mecanismos de execução, controle e acompanhamento dessas políticas e uma campanha emergencial para arrecadação de fundos e de alimentos.

De forma sintética, o projeto consistia em convergir medidas estruturais: geração de emprego e renda, previdência social universal, incentivo a agricultura familiar, alfabetização de adultos, reforma agrária, bolsa-escola e renda mínima. E medidas específicas: Programa Cupom de Alimentação, doação de cestas emergenciais, segurança e qualidade dos alimentos, ampliação do PAT, combate a desnutrição infantil e materna, ampliação da merenda escolar, etc –, e ainda políticas locais (YASBEK, 2004). Na figura 5, consta o conjunto de 25 políticas elaboradas pelo projeto.

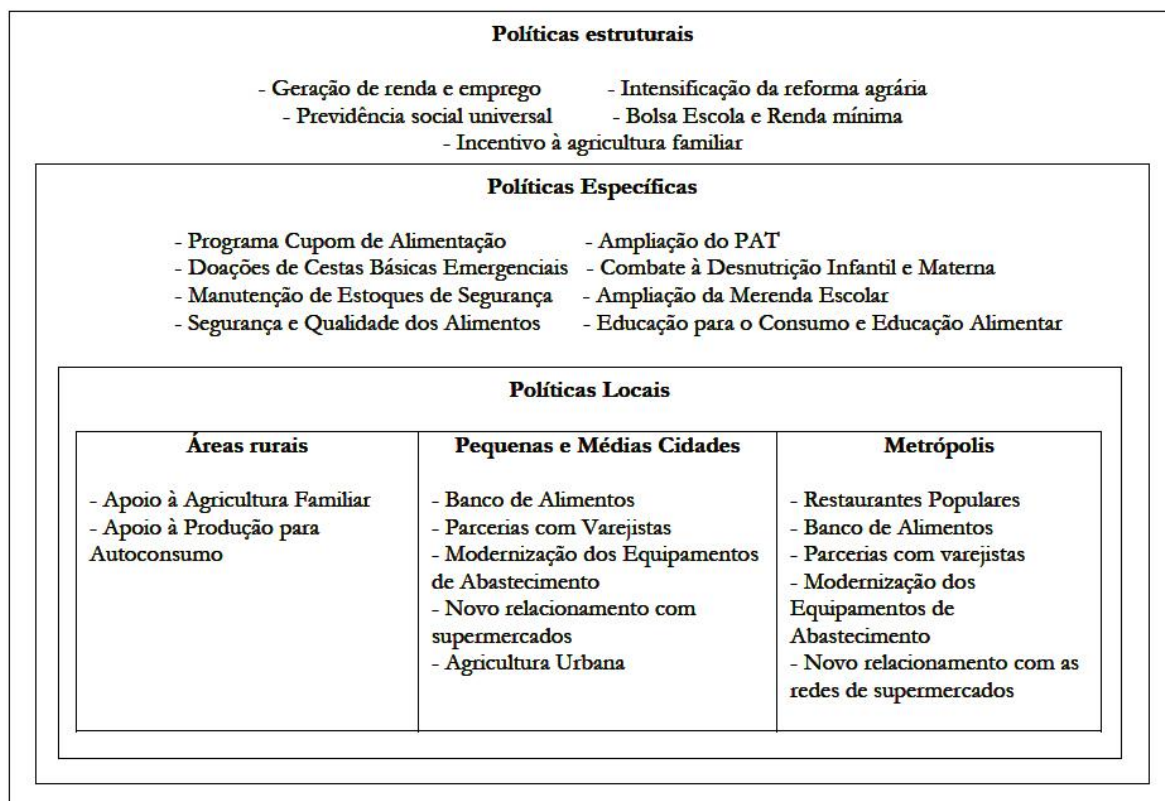


Figura 5. Fonte: Instituto Cidadania 2001 apud BELIK 2012.

De acordo com Belik (2012), na escala local eram analisadas as situações específicas tanto das áreas urbanas quanto das rurais. “Em todas essas, eram propostas ações desenvolvidas a partir da participação de atores locais analisando-se as condições institucionais diferenciadas para a sua implementação (BELIK, 2012).”

No início, o Projeto Fome Zero teve o suporte do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome – Mesa e do Consea. Em seguida, a partir de 2004, passou a compor as atuações do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, o qual resultou da fusão entre o abolido Ministério de Assistência Social, o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome e a Secretaria do Bolsa Família (YASBEK, 2004).

Segundo Yasbek (2004), de acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, ao longo de 2003, a implementação do Programa Cartão Cidadão (política compensatória) conseguiu atender 1.900.000 famílias, correspondendo a 11 milhões de pessoas e abrangendo 2369 municípios situados majoritariamente no semiárido nordestino (YASBEK, 2004).

Medidas estruturais do Fome Zero também foram executadas, como a implantação de cisternas no semiárido nordestino para a obtenção de água. Através do Programa “Articulação do Semi-Árido”, 22040 cisternas foram construídas. Além desse feito, também foram destinados recursos para construir obras hídricas, previstas no Programa Nacional de Agricultura Familiar – Pronaf Semi-Árido, sendo 205 obras concluídas ao longo de 2003 (YASBEK, 2004).

Em relação às medidas específicas, segue abaixo alguns números alcançados no primeiro ano da implementação do programa:

Como políticas específicas, além do Cartão Alimentação (Programa Cartão Alimentação – PCA), que define um benefício de R\$ 50,00 para cada família com renda mensal per capita inferior a meio salário mínimo, estão também as Ações Emergenciais para grupos específicos, como a distribuição de alimentos em acampamentos dos sem-terra, às comunidades indígenas e aos quilombolas. Em maio foi iniciada a primeira distribuição de alimentos em caráter emergencial a 113.909 famílias, de 626 acampamentos credenciados pelos Incras regionais. Até outubro de 2003, foram distribuídas 490 mil cestas básicas. Para as comunidades indígenas de Mato Grosso do Sul, foram financiadas ações de desenvolvimento local para 11 mil famílias. Na Bahia foram distribuídas 14 toneladas de alimentos para os Tupinambás. O terceiro programa específico – Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (Programa do Leite) – atendeu, em 2003, 2.570 produtores em 67 municípios. O governo vem adquirindo leite e alimentos (6.935 toneladas de alimentos) desses produtores. A ampliação da merenda escolar constitui a quarta política específica e vem alcançando escolas indígenas (1.711); creches (17.600) e mais do que dobrou o valor per capita da merenda. A quinta política específica é a Nutrição Materno Infantil (Bolsa-Alimentação), em atuação em quase todos os municípios brasileiros (o Mesa realizou em 2003 o repasse de R\$36 milhões ao ministério da Saúde). Em 2003 foram cadastradas 206 mil famílias. Como última dessas políticas está o Banco de Alimentos (37 projetos em diferentes Estados em parceria com o Sesc). (YASBEK, 2004).

Belik (2012) reconhece uma articulação entre os programas sugeridos e uma boa visão estratégica de como conseguir a obtenção de forças sinérgicas em relação à operação do programa. Ainda salienta o reconhecimento de Direitos bastante explícito na redação do projeto Fome Zero, antes não tão incorporado nos governos anteriores.

De acordo com Belik (2012), os programas do Fome Zero foram implantados de uma maneira muito veloz, como consequência, isso possibilitou uma rápida melhora nos números referentes à vulnerabilidade socioeconômica. A concentração de renda foi atenuada, além de ocorrer uma diminuição expressiva da pobreza em termos relativos. Tais transformações

podem ser explicadas a partir do empenho exercido no campo das políticas sociais, e ainda nas atuações macroeconômicas que tiveram impacto direto no crescimento, impulsionando maior empregabilidade, elevando salários e assim conduzindo um ciclo próspero. (BELIK, 2012).

Há um consenso de que a segurança alimentar está diretamente associada ao acesso diário ao alimento mediado pela renda, ou seja, depende do poder aquisitivo para o consumo (VINHAS, 2010). Desse modo torna-se relevante a demonstração da melhora socioeconômica proporcionada pelo Fome Zero.

Quanto ao salário mínimo, o gráfico a seguir (figura 6) demonstra que houve um aumento superior ao dobro entre os anos de 2000 e 2012.

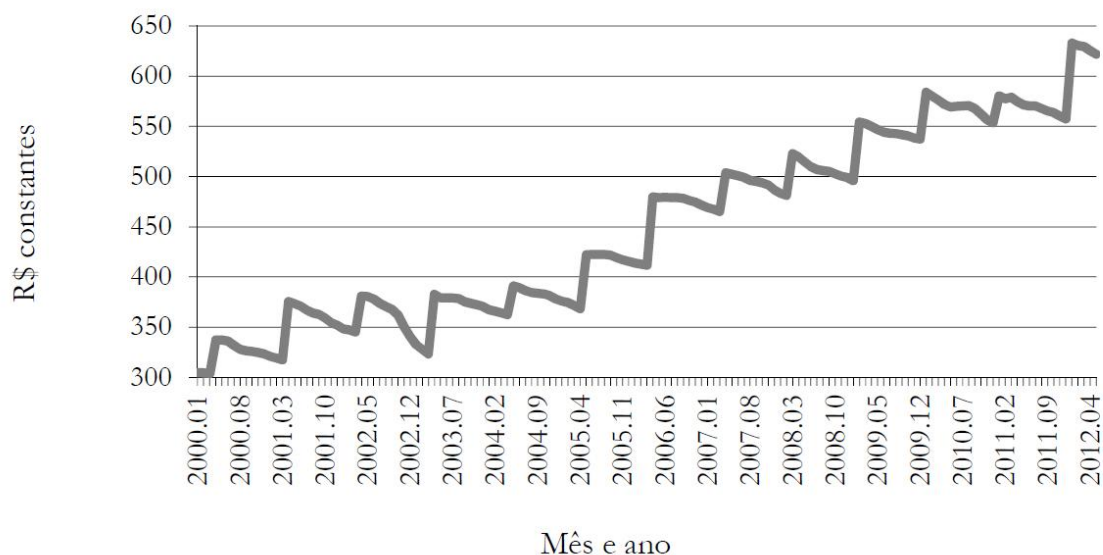
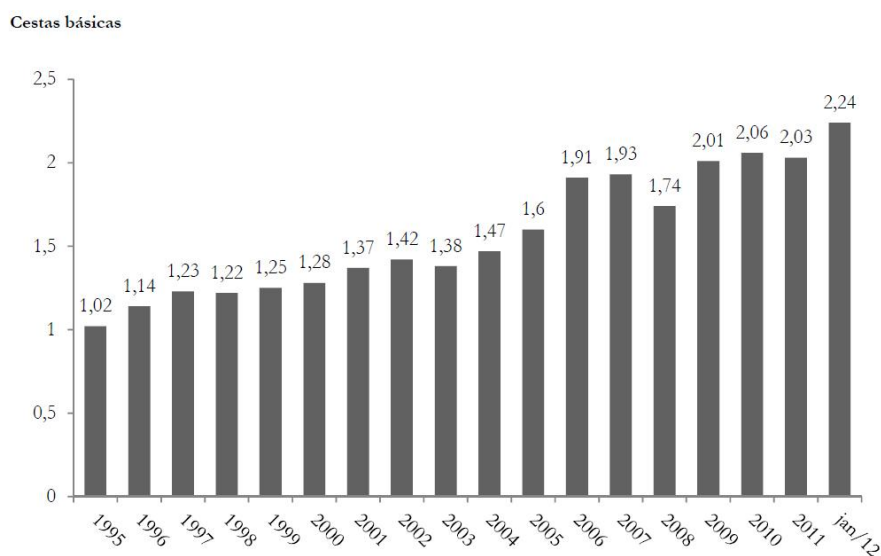


Figura 6: “Brasil: Evolução real do salário mínimo (Base maio de 2012)”. Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apud Belik, 2012.

Em relação à taxa de desemprego, entre os anos de 2002 e final de 2011 ocorreu uma queda de 12,6% para 6,0% (BELIK, 2012). Como consequência do aumento do emprego, a referida década também apresentou uma maior percentagem de trabalhadores formalizados. Em 2001, 45,5 % dos trabalhadores possuíam registro de ocupação, em 2011 esse volume aumentou para 59, 2% (BELIK, 2012). Essa mudança é devido a “maior pressão da demanda por trabalhadores no mercado (BELIK, 2012)”.

O Programa Bolsa Família também foi outro elemento de contribuição para a ampliação da renda e do poder de compra das classes mais baixas. Tal programa, implantado no final de 2003, é resultado da conjugação dos demais programas federais de transferência de renda (BELIK, 2012). Segundo Belik (2012), o programa concretizou a meta de abarcar, em arranjo com as instâncias locais, todos os 5564 municípios do país até o final de 2009.

De acordo com Belik (2012), a aplicação de programas de redistribuição de renda condicionada com a finalidade de combater a pobreza, ao convergir com o crescimento econômico e inclusão social, possibilitaram um aumento no poder aquisitivo da população (BELIK, 2012). Ao citar o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Belik (2012) mostra que houve uma diminuição da pobreza de acordo com o indicador referente ao poder de compra. Os números do gráfico a seguir (figura 7), usado pelo autor, expõem que em 2001, um salário mínimo era capaz de obter 1,37 cestas básicas na cidade de São Paulo. Já em janeiro de 2012 o poder de consumo do salário mínimo aumentou para 2,24 tendo em vista a mesma cesta (BELIK, 2012).



Observação: Cestas Básicas com provisões mínimas de alimentos, segundo o estabelecido no Decreto Lei nº 399, de 1938, que regulamenta o Salário Mínimo.

Figura 7: “Brasil: Cestas básicas adquiridas com 1 salário (1995-12)” apud BELIK 2012.

Fonte: Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas (DIEESE) apud Belik 2012.

Em relação à segurança alimentar, a qual constitui a premissa maior das atuações do Fome Zero, os resultados da avaliação da mesma também demonstram uma melhora. Sua

mensuração é feita através da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA).

“Considerando as modalidades de insegurança alimentar moderada e grave, segundo a pontuação alcançada em pesquisa direta em uma amostra nacional de domicílios foi possível avaliar uma melhora entre os anos de 2004 e 2009 (BELIK, 20012).” É possível observar na tabela a seguir (figura 8) que ocorreu uma queda de 13,4 milhões para 7,5 milhões na quantidade de famílias em condição de insegurança moderada ou grave, correspondendo a uma proporção de 23,9% para 12,0 % entre os dois momentos (BELIK, 2012).

Área	Pobres				Não Pobres				Total			
	2004	%	2009	%	2004	%	2009	%	2004	%	2009	%
Urbano Metropolitano	937.007	29,8	304.083	25,4	4.101.912	39,7	2.550.511	39,8	5.036.915	37,4	2.852.585	37,5
Urbano Não metropolitano	1.214.948	38,7	472.449	39,8	4.422.020	42,9	2.772.904	43,3	5.636.968	41,9	3.245.353	42,7
Rural	989.612	31,5	413.384	34,8	1.794.221	17,4	1.085.807	16,9	2.783.833	20,7	1.499.191	19,7
Total	3.139.563	100,0	1.187.907	100,0	10.316.149	100,00	6.407.213	100,0	13.455.712	100,0	7.595.120	100,0

Figura 8. Fonte: Dados Brutos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a partir dos microdados das PNADs 2004 e 2009 apud Belik 2012.

De acordo com Belik (2012), consideram-se pobres aqueles que estão situados abaixo da linha da pobreza (R\$70,00 *per capita* em termos reais). Desse modo, o contingente de famílias consideradas não pobres em condição de insegurança alimentar moderada ou grave é sobressalente (BELIK, 2012). Outro fato a ser observado é a maior concentração de famílias com insegurança alimentar nas áreas urbanas (tanto em regiões metropolitanas quanto em cidades médias e pequenas). Contudo, houve uma redução significativa ao longo do período, sobretudo entre os não pobres (BELIK, 2012).

Como é possível observar, o projeto Fome Zero, de forma comparativa com os programas anteriores, foi o que melhor atenuou a ocorrência do fenômeno da fome no Brasil. Os resultados obtidos de fato demonstram um grande avanço. Ainda, podemos detectar uma forte vontade política do governo lulo-petista para encarar tal problema ao investir em políticas de compensação por meio da redistribuição de renda, além de estabelecer a Lei

Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional 11.346 no ano de 2006, (LOSAN) que considera a segurança alimentar como um direito humano.

Contudo, o Projeto Fome Zero foi paulatinamente substituído pelo Programa Bolsa Família (TOMAZINI e LEITE, 2016), de caráter menos complexo. Em entrevista para Carla Guerra Tomazini, Patrus Ananias (2009) observa as modificações que conduziram a substituição do Cartão Alimentação para o Bolsa Família:

Na ocasião, havia programas de transferência de renda, dispersos e fragmentados. O Bolsa Família assumiu outro desenho, mais amplo, com foco definido na família, no núcleo familiar. É um programa que superava a fragmentação dos outros e que se apresenta como propósito de atender todas as famílias pobres e muito pobres. Não era possível interromper o pagamento dos benefícios dos outros programas para começar a implementar outro. Costumo usar uma imagem para nosso desafio: tínhamos de trocar o pneu com o carro em movimento.” (TOMAZINI e LEITE, 2016)

Segundo Tomazini e Leite (2016),

O Bolsa Família passou a concretizar a partir de 2004 uma bandeira política mais capitalizável, viável e de identificação ‘orgânica’ com as lutas históricas do partido, deslocando do centro do macroprojeto político do PT na área social o PFZ e o paradigma de Segurança Alimentar (TOMAZINI e LEITE, 2016).

Em síntese, apesar da boa vontade política e dos resultados, o projeto Fome Zero mitigou a existência da fome, mas não erradicou. Visto que os resultados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) mensurada em 2013 e divulgada em 2014, cujos resultados positivos retiraram o Brasil do mapa da fome da ONU, ainda registrava sete milhões e duzentas mil pessoas em estado de insegurança alimentar grave. Além disso, não realizou mudanças estruturais como a reforma agrária, que estava prevista no projeto. Feitas as devidas ponderações, o Programa Fome Zero até os dias de hoje é mundialmente considerado uma referência de políticas públicas (TOMAZINI e LEITE, 2016).

4- LEVANTAMENTO DOS TRABALHOS DE PÓS-GRADUAÇÃO NO PORTAL CAPES E RESULTADOS E DISCUSSÕES

No que concerne os resultados e as discussões proporcionadas pelo trabalho, pode-se afirmar que foi feito o levantamento da produção de teses e dissertações geográficas que abordassem a fome ou termos correlatos tais como a segurança alimentar, insegurança alimentar e soberania alimentar.

Partindo desse parâmetro, o método utilizado foi buscar tais trabalhos de conclusão através da palavra-chave “fome” no portal acadêmico da Capes. A escolha do portal se deve à função ocupada pela Capes, de aperfeiçoamento das condições do Nível Superior no Brasil, se tratando de uma fundação vinculada ao Ministério da Educação.

O termo inserido na busca foi a palavra “fome”, feito isso, apareceram um total de 1316 teses e dissertações com a referida palavra chave. Posteriormente foi escolhido o filtro “área do conhecimento” na coluna à esquerda da página, contendo 171 opções, no qual foi preenchido na busca o termo “Geografia”, assim apareceram 64 teses e dissertações em decorrência de tal busca. Em seguida, foram analisados o título, o resumo, as palavras-chave, assim como a checagem da área de conhecimento dos trabalhos (se tratava de fato de um trabalho de geografia).

Em termos de síntese, cabe esclarecer que surgiram muitos trabalhos que exibiam o termo fome apenas uma vez no resumo, não abordando a assunto da fome de maneira direta. Ou ainda trabalhos que exibiam o termo “fome” no próprio título, como no exemplo da dissertação de Grace Valéria Costa “A Mobilização Residencial: um estudo de caso na favela Pau da Fome, município do Rio de Janeiro”, que por esse mesmo motivo apareceram na busca, apesar de não abordar o fenômeno da fome.

Com isso, dos 64 trabalhos de conclusão na área de Geografia com o termo fome no portal da Capes, apenas 27 abordavam de fato o referido problema. Sendo que esse número supera a quantidade de pesquisadores da área, visto que oito trabalhos de conclusão são provenientes de quatro pesquisadores devido ao motivo destes se dedicarem ao tema da fome tanto no mestrado quanto no doutorado. José Stacciarini no mestrado escreveu a dissertação “A ação da cidadania contra a fome, a miséria e pela vida: um estudo de caso sobre a atuação do comitê de Catalão – GO”, já no doutorado escreveu a tese “Pluralidade, Plubicização e Multiplicação do Fazer Político: A Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida no Território Brasileiro (1992-1997)”; Antônio Carvalho fez a dissertação de mestrado

intitulada “Josué de Castro na perspectiva da Geografia brasileira” e no doutorado escreveu a tese “O PÃO NOSSO DE CADA DIA NOS DAI HOJE... Josué de Castro e a Inclusão da Fome nos Estudos Geográficos no Brasil”; Cleder Fontana produziu a dissertação de mestrado intitulada “Uma Cartografia da Fome no Brasil: Um estudo da Geografia da Fome de Josué de Castro (1946) e os dados do PNAD (2004)”, já no doutorado produziu a tese “Fome e questão ambiental: uma leitura a partir da obra de Josué de Castro”; por último, José Ribeiro Júnior concluiu o mestrado com a dissertação “A fome e a miséria na alimentação: apontamentos para uma crítica da vida cotidiana a partir da Geografia Urbana” e no doutorado produziu a tese “Alienação das práticas alimentares e urbanização: uma análise da alimentação da classe trabalhadora em São Paulo”.

Desse modo é possível perceber que tratam-se de pesquisadores que possuem uma trajetória acadêmica acerca da temática da fome. Com isso foram encontrados 27 trabalhos de pós graduação e 23 autores que abordam o tema da fome na área de geografia. Sendo que as referidas pesquisas acadêmicas abarcam os anos de 1998 até 2017, ou seja, um período de 19 anos, o que significa 1,42 teses ou dissertações por ano no Brasil.

Em resumo, tal resultado, dentro de um universo de 1316 trabalhos de pós graduação, denota uma quantidade pouco expressiva, de modo que induz a conclusão de que a fome não se configura como uma questão para a geografia no período contemporâneo. Segue abaixo a tabela com os respectivos resultados.

Autor (a)	Título da Tese ou Dissertação	Ano	Instituição de Ensino
STACCIARINI, José Henrique Rodrigues	A ação da cidadania contra a fome, a miséria e pela vida: um estudo de caso sobre a atuação do comitê de Catalão - GO	1998	Mestrado em GEOGRAFIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE EST. PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO, SÃO PAULO
CALDAS, Marcia Soares	SECA, FOME E SAQUES - RELAÇÕES PERIGOSAS	1998	Mestrado em GEOGRAFIA Instituição de Ensino: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, São Cristóvão
SAMPAIO, José Levi Furtado	A fome e as duas faces do estado do Ceará	1999	Doutorado em GEOGRAFIA (GEOGRAFIA HUMANA) Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
MAGALHÃES, Sandra Maria Fontenele	Seca: resistência e sobrevivência - os movimentos de "invasões" e saques no município de Tauá-CE	2000	Mestrado em GEOGRAFIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, RECIFE
STACCIARINI, José Henrique Rodrigues	Pluralidade, Plubicização e Multiplicação do Fazer Político: A Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida no Território Brasileiro (1992-1997)	2002	Doutorado em Geografia UNIVERSIDADE EST. PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO, SÃO PAULO
CARVALHO, Antonio Alfredo Teles de	JOSUÉ DE CASTRO NA PERSPECTIVA DA GEOGRAFIA BRASILEIRA	2002	Mestrado em GEOGRAFIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, RECIFE
NUNES, Jose Luis Ramos	Josué de Castro, o Geógrafo da fome - Uma abordagem crítica da Obra e sua relação com o contexto econômico e político do Brasil	2003	Mestrado em GEOGRAFIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, PORTO ALEGRE
SILVA, João Luiz da	AS NOVAS FACES DA FOME NA PÓS-MODERNIDADE: O CASO DO MUNICÍPIO DE FLORESTA-PE	2007	Mestrado em GEOGRAFIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, RECIFE
CARVALHO, Antonio Alfredo Teles de	O PÃO NOSSO DE CADA DIA NOS DAI HOJE... Josué de Castro e a Inclusão da Fome nos Estudos Geográficos no Brasil	2007	Doutorado em GEOGRAFIA (GEOGRAFIA HUMANA) Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo
JUNIOR, José Raimundo Souza Ribeiro	A fome e a miséria na alimentação: apontamentos para uma crítica da vida cotidiana a partir da Geografia Urbana	2008	Mestrado em GEOGRAFIA (GEOGRAFIA HUMANA) Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

VALE, Tásia Moura Cardoso do	Mapa dos Programas Sociais - transferência de renda e dinâmicas sociais no Rio Grande do Norte (2000-2007)	2008	Mestrado em GEOGRAFIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, NATAL
FONTANA, Cleder	Uma Cartografia da Fome no Brasil: Um estudo da Geografia da Fome de Josué de Castro (1946) e os dados do PNAD (2004)	2009	Mestrado em Geografia/Universidade Federal do Rio Grande, Programa de Pós Graduação em Geografia
SANTOS, Luiz Claudio dos Santos	DA GEOGRAFIA DA FOME AO FOME ZERO: CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DA FOME NO BRASIL	2009	Doutorado em GEOGRAFIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE EST.PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO/RIO CLARO
SANTOS, Adriana Timóteo dos	AGRICULTURA FAMILIAR E PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS: UMA ANÁLISE DE SUA IMPLANTAÇÃO NO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA	2010	Mestrado em GEOGRAFIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, Ponta Grossa
SANTOS, Ricardo Menezes	Se planta e colhe alimentos neste sertão: resistência e permanência da autonomia camponesa e as estratégias do MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores) nas contradições do projeto da soberania alimentar	2012	Mestrado em GEOGRAFIA Instituição de Ensino: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, São Cristóvão
OLIVEIRA, Maria Leidiana Mendes de	Geografia da fome: a expressão dramática da desigualdade sócio-espacial brasileira	2013	Mestrado em GEOGRAFIA (GEOGRAFIA HUMANA) Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo
ROLA, Anderson Marioto	PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) E O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE OS MUNICÍPIOS DE EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA-SP E PARANAÍ-PR	2013	Mestrado em GEOGRAFIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE EST.PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO/PR.PRUDENTE, Presidente Prudente
FONTANA, Cleder	Fome e questão ambiental : uma leitura a partir da obra de Josué de Castro	2014	Doutorado em GEOGRAFIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, Porto Alegre
PEREIRA, Simone Silva	SOBERANIA ALIMENTAR E O ASSENTAMENTO MULUNGU NO SEMIÁRIDO CEARENSE	2014	Mestrado em GEOGRAFIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE EST.PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO/PR.PRUDENTE, Presidente Prudente

SANTOS, Rogerio Gomes dos Santos	SEGREGAÇÃO SOCIO ESPACIAL, ECONOMIA URBANA, E FOME: UMA ANÁLISE A PARTIR DA VILA OURO VERDE EM PONTA GROSSA-PR	2015	Mestrado em GEOGRAFIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, Ponta Grossa
MALDONADO, Priscila Souza	DA FOME À FARTURA: um olhar sobre o trabalho e as práticas das mulheres camponesas no Assentamento Che Guevara no Pontal do Paranapanema (SP)	2015	Mestrado em GEOGRAFIA (CAMPUS CATALÃO) Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, Catalão
ALVES, Luiza Santos	O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) NO ESPÍRITO SANTO: UMA ANÁLISE GEOGRÁFICA	2015	Mestrado em GEOGRAFIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO, Vitória
LUDKA, Vanessa Maria	CONTESTADO, A FOME E A POBREZA COM PERMANÊNCIA DA GUERRA: CENÁRIOS PARADOXAIS NO SUL DO BRASIL	2016	Doutorado em GEOGRAFIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, Curitiba
JUNIOR, José Raimundo Souza Ribeiro	Alienação das práticas alimentares e urbanização: uma análise da alimentação da classe trabalhadora em São Paulo	2016	Doutorado em GEOGRAFIA (GEOGRAFIA HUMANA) Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo
KARNOPP, Daniela de mendonça	ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE VIDA E SAÚDE DA POPULAÇÃO DAS COMUNIDADES AMESCLA E ÁGUA DOCE - APA DO RIO PANDEIROS / NORTE DE MINAS GERAIS	2016	Mestrado em GEOGRAFIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS, Montes Claros
HENTZ, Carla	O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – PAA COMO ESTRATÉGIA DE REPRODUÇÃO SOCIOECONÔMICA NA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE CHAPECÓ – SC	2016	Mestrado em GEOGRAFIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE EST.PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO/PR.PRUDENTE, Presidente Prudente
ANTIPON, Livia Cangiano	CIRCUITO INFERIOR DA ECONOMIA URBANA NO CENTRO DE CAMPINAS: A DIMENSÃO DO COMÉRCIO POPULAR DE ALIMENTAÇÃO	2017	Mestrado em GEOGRAFIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, Campinas

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Mediante o exposto ao longo do presente trabalho, através da biografia de Josué de Castro, como vimos, ao produzir a obra Geografia da Fome, traduzida em mais de 24 idiomas, convergiu conhecimentos geográficos e médicos para entender a manifestação dos padrões de fome de forma espacializada. Desse modo a obra pode ser enquadrada como pertencente à geografia médica, devido a forte presença do vocabulário biomédico e dos termos formulados pelo autor que norteiam o transcorrer da obra (fome endêmica e fome epidêmica).

No entanto, a geografia médica é apenas um recorte dentro da vastidão dos conhecimentos de Josué de Castro, que ainda apresenta seções de história, política, economia, antropologia, pedologia, ecologia, dentre outras áreas, rompendo assim a dicotomia entre Geografia Física x Geografia Humana e, portanto sendo potencial suporte para pesquisas de diversos campos da Geografia. Isso ocorre devido a fome se tratar de um objeto multidimensional, o que requer o auxílio de diversos campos do conhecimento para ser melhor apreendida.

Talvez por ser um tema tabu, como classificou Josué de Castro, a fome é muitas vezes ignorada não somente pelas políticas públicas mas também no cotidiano, sendo foco apenas em notícias espaçadas no noticiário, principalmente em momentos de crise. O que procurou se abordar ao longo do trabalho é a importância da fome ser estudada, analisada e compreendida por parte dos trabalhos da geografia, haja visto ser uma questão essencial no desenvolvimento social, histórico e espacial do Brasil.

O olhar para o passado através dos clássicos permite uma nova mirada para a recente produção que está em curso na contemporaneidade. Tendo a conclusão de que o flagelo da fome, pela prevalência que ainda tem infelizmente em nosso solo brasileiro, deveria possuir uma maior atenção por parte de nossos pós-graduandos e geógrafos em geral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALMEIDA FILHO, Naomar de. A Clínica, a Epidemiologia e a Epidemiologia Clínica. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p.36-53, 1993.

AZEVEDO, Gustavo Ferreira de. Josué de Castro e sua obra: uma interpretação. In: MACHADO, Mônica Sampaio; MARTIN, André Roberto (Org.). *Dicionário dos geógrafos brasileiros: volume 1*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014. p. 67-84.

BELIK, Walter; SILVA, José Graziano da; TAKAGI, Maya. Políticas de combate à fome no Brasil. *São Paulo em Perspectiva*, [s.l.], v. 15, n. 4, p.119-129, dez. 2001. FUNIFESP.

BELIK, Walter. A política brasileira de segurança alimentar e nutricional: concepção e resultados. *Segurança Alimentar e Nutricional*, [s.l.], v. 19, n. 2, p.94-110, 2012.

CASTRO, Josué de. *Geografia da Fome*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 318 p.

FARIA, Rivaldo Mauro de; BORTOLOZZI, Arlêude. 31 ESPAÇO, TERRITÓRIO E SAÚDE: CONTRIBUIÇÕES DE MILTON SANTOS PARA O TEMA DA GEOGRAFIA DA SAÚDE NO BRASIL. *Raega - O Espaço Geográfico em Análise*, Curitiba, v. 17, p.31-41, 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano; GONÇALVES, Carlos Walter Porto (Org.). *Josué de Castro: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 176 p.

FERREIRA VINHAS, Antonio Lopes. (In)segurança alimentar no Brasil: uma análise das políticas públicas dos governos de Lula. *Cuad. geogr.*, Bogotá, n. 19, Jan. 2010.

FOGAGNOLI, Marcela. O SAPS e a boa alimentação: O serviço de Alimentação da Previdência Social e os trabalhadores (1940-1950) In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História –ANPUH. São Paulo, julho 2011.

FREITAS, Maria do Carmo Soares de. O que dizem as teorias sobre a fome? In: FREITAS, Maria do Carmo Soares de. *Agonia da Fome*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003. p. 29-59.

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Periferia*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p.41-91, jul. 2009.

LOURENÇO NETO, Sydenham. Modernização, crise e protesto popular: a questão do abastecimento nos anos 50 In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História –ANPUH • São Paulo, julho 2011.

MELO FILHO, Djalma Agripino de. Geografia da Fome: clínica de paisagens ou epidemiologia crítica? *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 11, p.2698-2703, nov. 2008. Mensal.

MONTEIRO, Carlos Augusto. A dimensão da pobreza, da desnutrição e da fome no Brasil. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 48, p.7-20, maio/agosto 2003.

MOREIRA, Ruy. Josué de Castro: espaço, dietética e nosologia em *A geografia da fome*. In: MOREIRA, Ruy. *O pensamento geográfico brasileiro: as matrizes brasileiras*, vol.3. São Paulo: Contexto, 2010. p. 81-87.

NASCIMENTO, Renato Carvalheira do. A fome como uma questão social nas políticas públicas brasileiras. *Revista Ideas: Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade*, v. 3, n. 2, p.197-225, jul. 2009. Semestral.

PINHEIRO, Anelise Rizzolo de Oliveira; CARVALHO, Maria de Fátima Cruz Correia de. Transformando o problema da fome em questão alimentar e nutricional: uma crônica de desigualdade social. *Ciência & Saúde Coletiva*: semestral, Pelotas, v. 15, n. 1, p.121-130, jan. 2010.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A fome e o meio ambiente. In: PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. Cap. 4.

SANTANA, Paula. *Introdução à Geografia da Saúde: território, saúde e bem estar*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014. 192 p.

SANTOS, Flávia de Oliveira. Geografia médica ou Geografia da saúde? Uma reflexão. *Caderno Prudentino de Geografia*, Presidente Prudente, v. 1, n. 32, p.41-51, jan. 2010. Semestral.

SILVA, Alberto Carvalho da. De Vargas a Itamar: políticas e programas de alimentação e nutrição. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 9, n. 23, p.87-107, abr. 1995.

SILVA, Vander Luiz da et al. Análise da motivação de pessoas: um estudo baseado em princípios da Hierarquia das Necessidades de Maslow. *Foco: Periódico dos Programas de Graduação e Pós-Graduação em Administração e Recursos Humanos*, Vila Velha, v. 10, n. 2, p.148-166, jan. 2017. Quadrimestral.

TOMAZINI, Carla Guerra; LEITE, Cristiane Kerches da Silva. Programa Fome Zero e o paradigma da segurança alimentar: ascensão e queda de uma coalizão?. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 24, n. 58, p.13-30, jun. 2016.

YASBEK, Maria Carmelita. O programa fome zero no contexto das políticas sociais brasileiras. *São Paulo em Perspectiva*, [s.l.], v. 18, n. 2, p.104-112, jun. 2004.

JOSUÉ de Castro, Cidadão do Mundo. Direção de Silvio Tendler. Produção de Adolfo Lachtermacher. Roteiro: Adolfo Lachtermacher, Josué de Castro Filho, Silvio Tendler, Tânia Fusco. [s.i.]: Uerj Video, 1994. (51 min.), son., color.